

Farmácia e Drogaria Nissei S.A

**ITR – Informações trimestrais
individuais e consolidadas em
30 de setembro de 2020**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações trimestrais	11



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações

trimestrais - ITR

Aos acionistas da
Farmácia e Drogeria Nissei S.A.
Curitiba – Paraná

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Farmácia e Drogeria Nissei S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.


Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 16 de novembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020 *	31/12/2019			30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020 *	31/12/2019
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	47.009	80.402	47.009	80.426	Fornecedores	19	225.835	254.535	225.835	254.658
Aplicações financeiras	6	52.154	10.001	52.154	10.001	Arrendamento financeiro a pagar	20	43.582	41.580	43.582	41.580
Contas a receber de clientes	7	90.959	84.843	90.959	84.927	Empréstimos e financiamentos	21	71.250	46.917	71.250	47.263
Estoques	8	211.012	242.473	211.012	242.473	Debêntures	22	250.909	88.806	250.909	88.806
Impostos a recuperar	9	59.102	12.998	59.102	12.998	Obrigações sociais e trabalhistas	23	62.889	39.624	62.889	39.698
Instrumentos financeiros derivativos	10	14.601	-	14.601	-	Obrigações fiscais e tributárias	24	20.625	6.691	20.625	6.764
Outros ativos	11	25.656	39.404	25.656	41.299	Parcelamento de tributos	25	4.211	3.182	4.211	3.353
						Outros débitos	26	10.735	3.984	10.735	6.347
		500.493	470.121	500.493	472.124			690.036	485.319	690.036	488.469
Não circulante						Não circulante					
Outros investimentos	12	-	12.454	-	12.454	Arrendamento financeiro a pagar	20	112.361	101.630	112.361	101.630
Direitos sobre precatórios	13	56.101	50.160	56.101	50.160	Empréstimos e financiamentos	21	137.811	145.469	137.811	145.773
Impostos a recuperar	9	54.342	7.324	54.342	7.324	Debêntures	22	-	100.906	-	100.906
Ativo fiscal diferido	33	26.583	14.383	26.583	14.383	Parcelamento de tributos	25	25.972	27.615	25.972	27.767
Depósitos judiciais	27	5.314	5.054	5.314	5.054	Provisão para contingências	27	10.269	7.862	10.269	7.862
Outros ativos	11	107.852	21.515	107.852	33.833	Outros débitos	26	-	1.674	-	-
		250.192	110.890	250.192	123.208	Impostos diferidos	33	-	-	-	23.618
								286.413	385.156	286.413	407.556
Investimentos	15	-	107.261	-	-	Patrimônio líquido					
Ativo biológico	16	-	-	-	40.023	Capital social	28	21.720	21.720	21.720	21.720
Imobilizado	17	236.281	230.457	236.281	308.962	Reservas de lucros	28	19.119	3.510	19.119	3.510
Intangível	18	17.544	22.156	17.544	22.162	Prejuízo do período		(12.778)	-	(12.778)	-
		253.825	359.874	253.825	371.147	Ajuste de avaliação patrimonial	28	-	45.180	-	45.180
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		28.061	70.410	28.061	70.410
						Participação de não controladores		-	-	-	44
								28.061	70.410	28.061	70.454
Total ativo		1.004.510	940.885	1.004.510	966.479	Total passivo e patrimônio líquido		1.004.510	940.885	1.004.510	966.479

* Vide nota explicativa 4 para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado

Período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

Notas	Nove meses findos				Três meses findos				
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020 *	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020 *	30/09/2019	
Receita líquida de vendas	29	1.160.091	1.088.778	1.160.325	1.090.361	401.516	378.567	401.516	378.729
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30	(760.675)	(724.128)	(761.133)	(724.128)	(259.580)	(247.157)	(259.580)	(247.157)
Lucro bruto		399.416	364.650	399.192	366.233	141.936	131.410	141.936	131.572
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas administrativas	30	(49.341)	(46.381)	(49.772)	(46.703)	(13.689)	(23.690)	(13.689)	(23.737)
Despesas comerciais	30	(305.838)	(275.441)	(305.838)	(275.441)	(103.298)	(86.060)	(103.298)	(86.060)
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	30	(1.336)	-	(1.336)	-	414	434	414	434
Outras receitas operacionais, líquidas	31	57.012	574	53.716	573	191	92	191	92
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, resultado de equivalência e tributo sobre o lucro		99.913	43.402	95.962	44.662	25.554	22.186	25.554	22.301
Receitas financeiras	32	20.920	842	21.079	850	4.172	386	4.172	386
Despesas financeiras	32	(127.055)	(71.171)	(127.100)	(71.243)	(26.731)	(25.258)	(26.731)	(25.316)
Despesas financeiras, líquidas		(106.135)	(70.329)	(106.021)	(70.393)	(22.559)	(24.872)	(22.559)	(24.930)
Resultado da equivalência patrimonial	15	(3.907)	962	-	-	-	19	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(10.129)	(25.965)	(10.059)	(25.731)	2.995	(2.667)	2.995	(2.629)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	33	(14.849)	-	(14.970)	(310)	2.291	-	2.291	(64)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	33	12.200	8.281	12.250	8.356	(2.914)	1.058	(2.914)	1.083
		(2.649)	8.281	(2.720)	8.046	(623)	1.058	(623)	1.019
(Prejuízo) lucro líquido do período		(12.778)	(17.684)	(12.779)	(17.685)	2.372	(1.609)	2.372	(1.610)
(Prejuízo) lucro atribuível a (em reais):				(12.779)	(17.685)			2.372	(1.610)
Controladores				(12.778)	(17.684)			2.372	(1.609)
Não controladores				(1)	(1)			-	(1)
Resultado por ação (básico e diluído):				(0,08)	(0,12)			0,02	(0,01)

* Vide nota explicativa 4 para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nove meses findos				Três meses findos			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020 *	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020 *	30/09/2019
(Prejuízo) lucro líquido do período	(12.778)	(17.684)	(12.779)	(17.685)	2.372	(1.609)	2.372	(1.610)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	<u>(12.778)</u>	<u>(17.684)</u>	<u>(12.779)</u>	<u>(17.685)</u>	<u>2.372</u>	<u>(1.609)</u>	<u>2.372</u>	<u>(1.610)</u>
(Prejuízo) lucro atribuível a (em reais):			(12.779)	(17.685)			2.372	(1.610)
Controladores			(12.778)	(17.684)			2.372	(1.609)
Não controladores			(1)	(1)			-	(1)

* Vide nota explicativa 4 para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total		
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	21.720	2.449	15.259	45.374	-	84.802	41	84.843
Prejuízo do período	-	-	-	-	(17.684)	(17.684)	(1)	(17.685)
Realização da reserva de avaliação patrimonial	-	-	247	(247)	-	-	-	-
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	(48)	-	-	(48)	-	(48)
Saldos em 30 de setembro de 2019	21.720	2.449	15.458	45.127	(17.684)	67.070	40	67.110
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.720	2.449	1.061	45.180	-	70.410	44	70.454
Prejuízo do período	-	-	-	-	(12.778)	(12.778)	(1)	(12.779)
Realização da reserva de avaliação patrimonial (nota 15)	-	-	45.180	(45.180)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos através da reserva de lucros (nota 28)	-	-	(9.272)	-	-	(9.272)	-	(9.272)
Resultado da venda de investimentos ao acionista (nota 15)	-	-	(20.299)	-	-	(20.299)	(43)	(20.342)
Saldos em 30 de setembro de 2020	21.720	2.449	16.670	-	(12.778)	28.061	-	28.061

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020*	30/09/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Prejuízo do período	(12.778)	(25.965)	(12.779)	(25.731)
Ajustes por:				
Ganho na alienação de outros investimentos	(2.754)	-	(2.754)	-
Resultado da baixa de ativo imobilizado	1.085	768	1.085	768
Resultado da baixa do ativo intangível	709	235	709	235
Resultado da variação do valor justo do ativo biológico	-	-	3.389	-
Depreciação e amortização (imobilizado e intangível)	58.494	51.980	59.065	52.567
Equivalência patrimonial	3.907	(962)	-	-
Provisão para recebimento de créditos	1.336	(750)	1.336	(750)
Provisão ao valor realizável líquido dos estoques	3.635	4.635	3.635	4.635
Perda de créditos na baixa de ativos (Maeoka)	6.285	-	6.285	-
Provisão para contingências	2.407	(134)	2.407	(134)
Apropriação - custo da transação - empréstimos e debêntures	2.243	3.277	2.243	3.277
Juros apropriados (debêntures, empréstimos e arrendamentos)	90.644	46.977	90.681	47.005
Atualização de valores de precatórios	(2.151)	-	(2.151)	-
ICMS-ST não definitivo - extemporâneo	(68.090)	-	(68.090)	-
ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS - extemporâneo	(9.326)	-	(9.326)	-
Rendimento de aplicação financeira	(1.232)	-	(1.232)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(14.601)	-	(14.601)	-
Variação cambial	15.209	-	15.209	-
Imposto de renda e contribuição social	2.649	8.281	2.720	8.046
Pagamento de juros - debêntures	(8.228)	(7.522)	(8.228)	(7.522)
Pagamento de juros - arrendamentos	(12.603)	(11.887)	(12.603)	(11.887)
Pagamento de juros - empréstimos	(10.631)	(10.053)	(10.668)	(10.053)
Imposto de renda e contribuição - pagos	(15.548)	-	(15.548)	-
(Aumento)/redução dos ativos:				
Contas a receber de clientes	(7.452)	(9.395)	(7.368)	(8.830)
Impostos a recuperar	(15.453)	(8.819)	(15.453)	(8.819)
Estoques	27.826	14.251	27.826	14.251
Depósitos judiciais	(260)	(893)	(260)	(893)
Outros investimentos	(411)	(742)	(411)	(742)
Outros ativos	15.897	(9.496)	15.897	(8.996)
Aumento / (redução) dos passivos:				
Fornecedores	(28.700)	(29.288)	(28.709)	(29.147)
Obrigações sociais e trabalhistas	23.265	13.406	23.191	13.445
Obrigações fiscais e tributárias	14.381	4.142	14.381	4.021
Parcelamentos de tributos	(614)	(953)	(937)	(1.047)
Outros débitos	(4.083)	816	(2.967)	522
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	55.057	31.909	55.974	34.221
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Aplicações financeiras	(40.921)	-	(40.921)	-
Aquisições de imobilizado	(14.662)	(12.423)	(15.072)	(13.980)
Aquisições de intangível	(1.638)	(1.768)	(1.638)	(1.768)
Aplicações no ativo biológico	-	-	(602)	(965)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(57.221)	(14.191)	(58.233)	(16.713)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos	41.418	120.591	41.667	120.770
Pagamento de empréstimos - principal	(39.938)	(105.154)	(40.116)	(105.390)
Novos custos da transação	(170)	(1.065)	(170)	(1.065)
Pagamento de arrendamento	(32.539)	(28.571)	(32.539)	(28.571)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(31.229)	(14.199)	(31.158)	(14.256)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(33.393)	3.519	(33.417)	3.252
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	80.402	29.607	80.426	29.974
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	47.009	33.126	47.009	33.226
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(33.393)	3.519	(33.417)	3.252

* Vide nota explicativa 4 para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado*	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Receitas (1)	1.208.017	1.124.724	1.204.906	1.126.307
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.209.353	1.124.724	1.209.632	1.126.307
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.336)	-	(4.726)	-
Insumos adquiridos de terceiros (2)	852.715	802.588	852.788	804.172
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	760.675	721.536	761.132	721.536
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	92.040	81.052	91.656	82.636
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	355.302	322.136	352.118	322.135
Depreciação e amortização (4)	58.494	51.980	59.065	52.567
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	296.808	270.156	293.053	269.568
Valor adicionado recebido em transferência (6)	60.429	(1.276)	64.401	(1.276)
Resultado da equivalência patrimonial	(3.907)	962	-	962
Ganhos tributários	60.598	-	60.598	-
Receitas financeiras	21.381	1.114	21.540	1.114
Outras	(17.643)	(3.352)	(17.737)	(3.352)
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	357.237	268.880	357.454	268.292
Distribuição do valor adicionado	357.237	268.880	357.454	268.292
Pessoal	178.664	164.295	178.683	164.295
Remuneração direta	156.199	141.921	156.199	141.921
Benefícios	14.198	14.440	14.206	14.440
FGTS	8.267	7.934	8.278	7.934
Impostos, taxas e contribuições	79.509	53.652	79.667	53.065
Federais	55.646	41.238	55.804	40.651
Estaduais	23.225	12.060	23.225	12.060
Municipais	638	354	638	354
Remuneração de capital de terceiros	111.842	68.617	111.883	68.617
Juros	109.445	67.859	109.486	67.859
Outras financeiras	2.397	758	2.397	758
Remuneração de capital próprios	(12.778)	(17.684)	(12.779)	(17.685)
Prejuízo do período	(12.778)	(17.684)	(12.779)	(17.685)

* Vide nota explicativa 4 para informações referentes a base de consolidação utilizada.

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Farmácia e Drogaria Nissei S.A. (“Nissei”, “Companhia” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Rua XV de Novembro, 123, em Curitiba, Estado do Paraná.

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos e produtos alimentícios de conveniência em geral. A Companhia realiza suas vendas de mercadorias e serviços por meio de 305 lojas, sendo 270 lojas no Paraná, 20 em São Paulo e 15 em Santa Catarina.

A Companhia arrenda o centro de distribuição, localizado na cidade de Colombo - PR, de onde distribui seu estoque.

As lojas da rede também recebem abastecimento direto de grandes distribuidores para medicamentos e conveniência.

Em 29 de outubro de 2017 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 153.061 junto a um fundo privado, com prazo de 48 meses para o vencimento da 1ª série e 72 meses para o vencimento da 2ª série (vide nota explicativa 25). O recurso foi utilizado em 2018 para amortizar parte de dívidas bancárias de capital de giro e financiar o plano de investimento da rede de farmácias, que contempla a abertura de novas lojas, a remodelagem das unidades atuais e investimentos em tecnologia da informação, acelerando o crescimento e ampliando o nível de competitividade.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$ 188.653. O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes deve-se a da reclassificação do saldo total a pagar das debêntures para o circulante em 30 de setembro de 2020. Embora não haja previsão contratual em relação ao prazo para liquidação, foi considerado o fluxo previsto de amortizações para os próximos 12 meses, de acordo com a melhor estimativa da Administração, a reestruturação em curso e esforços para repactuar suas dívidas através de contratações de linhas de crédito com custos menores ou extensão das linhas existentes, cujos recursos serão utilizados para amortização destas debêntures. O vencimento final destas debêntures ocorrerá em 29 de outubro de 2021 e 29 de outubro de 2023, referente a série 1 e série 2, respectivamente. Vide nota explicativa 22.

Adicionalmente, os prejuízos apresentados nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 são substancialmente decorrentes do custo da dívida dos recursos financeiros obtidos para dar viabilizar o projeto de expansão da Companhia e a consequente depreciação relacionada.

Venda de investimento

A Nissei Administradora de Bens Ltda. tem como objeto social a administração de imóveis próprios e de terceiros, aluguel, compra e venda de imóveis próprios e terceiros, atividades de serviços florestais, abate, corte, derrubada de árvores e transporte de toras, avaliação da madeira, repovoamento e plantio florestal, extração e comércio da madeira e de transporte rodoviário de passageiros.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) que detinha na então controlada Nissei Administradora de Bens Ltda.. Desta forma deixou de participar, na integralidade, da gestão e decisão estratégica da investida. A venda da participação societária teve por objetivo o foco exclusivo da Companhia no mercado farmacêutico, considerando as oportunidades potenciais de crescimento de vendas e serviços. Vide informações referentes à base de preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2020 na nota explicativa 2.

2 Apresentação e elaboração das informações trimestrais

As informações trimestrais (ITR) individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 16 de novembro de 2020.

As informações trimestrais são apresentadas em milhares de reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – Gerais (NBC TG) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As informações trimestrais individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da Companhia e as informações trimestrais da sua controlada Nissei Administradora de Bens Ltda.. Essas informações trimestrais consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. A base de consolidação da controlada compreendem o período findo em 30 de junho de 2020, considerando a data da venda do investimento, conforme descrito na nota explicação 15.

As práticas contábeis adotadas pela Controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações trimestrais incluem estimativas contábeis e também exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis referentes às perdas estimadas nos estoques, perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, tributos a recuperar, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, estimativa do valor recuperável de intangíveis de vida útil indefinida, provisões necessárias para demandas judiciais, mensuração de passivos financeiros a valor justo, determinação de provisões para tributos, reconhecimento do resultado com acordos comerciais e outras similares. As estimativas e os julgamentos significativos estão divulgados na nota explicativa 4(b) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras intermediárias.

O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IFRS e normas brasileiras de contabilidade que estavam em vigor em 30 de setembro de 2020.

Impactos relacionados à pandemia COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Até a presente data os impactos do surto foram muito mais brandos para a Companhia do que os que estão sendo noticiados sobre o mercado como um todo. As despesas que a Companhia incorreu para se proteger do surto não foram relevantes e embora o faturamento da Companhia tenha sido levemente impactado nos meses de abril e maio, as ações de redução de custos tomadas pela empresa garantiram a recuperação dos resultados perdidos nestes dois meses em função desta perda de faturamento. A partir de junho a empresa voltou a ter o faturamento em linha com o orçamento original.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM-SNC/SEP nº03/2020, diante do cenário atual que o país atravessa por conta da COVID-19, mesmo considerando os baixos impactos observados, a Companhia avaliou potenciais perdas na realização dos ativos, como por exemplo as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, levando em consideração os fatos e circunstâncias atuais com o objetivo de verificar se, de fato, houve um aumento significativo no risco de crédito.

A Companhia adotou como premissa para avaliação dos impactos na perda esperada de crédito os saldos de contas a receber em 30 de setembro de 2020, conforme demonstrado na nota explicativa 7, a qual demonstra que o saldo a receber está substancialmente concentrado com administradoras de cartões (Cielo, Rede e Safra). A Administração não identificou para estes saldos, e demais saldos da carteira, aumento significativo no risco de crédito em relação a realização destes momentos que justificassem qualquer impacto na provisão.

3 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Os seguintes pronunciamentos contábeis passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- **NBC TG 26 (R5) / IAS 1** – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TG 23 (R2) / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: As emendas do NBC TG 26 (R5) / IAS 1 e do NBC TG 23 (R2) / IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. A Administração entende que estas emendas não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulgando somente informações relevantes.
- **Deliberação CVM nº 854/2020:** A deliberação CVM 854/2020 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Trata de alterações nos Pronunciamentos Técnicos NBC TG 38 (R3), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021. A Administração entende que não será impactada pela reforma da taxa de juros de referência pois, até o momento, não possui ativos ou passivos financeiros atrelados a este índice.

4 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações trimestrais são consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 emitidas em 26 de agosto de 2020.

Em 30 de junho de 2020 o Grupo efetivou a venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda. (veja detalhes na nota explicativa 18). Por este motivo, os saldos consolidados apresentados nestas demonstrações financeiras e identificados como demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o período findo de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 consideram os efeitos da consolidação das informações da então investida, até a data de sua venda. Os saldos apresentados no balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2020 são exclusivamente os da próprias Companhia, tendo em vista a venda sua única subsidiária, em 30 de junho de 2020.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	21.799	46.400	21.799	46.424
Aplicações financeiras	<u>25.210</u>	<u>34.002</u>	<u>25.210</u>	<u>34.002</u>
	<u>47.009</u>	<u>80.402</u>	<u>47.009</u>	<u>80.426</u>

As aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário – CDB possuem liquidez imediata e são atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com rendimento médio entre 98% a 100,50%, refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

Em 30 de setembro de 2020, as aplicações financeiras estão concentradas, no Banco Votorantim, no montante de R\$ 15.175, no Banco ABC no montante de R\$ 5.017 e Banco Safra no montante de R\$ 5.018 (2019: Banco Votorantim R\$ 33.002 e Banco Safra R\$ 1.000).

6 Aplicações financeiras (controladora e consolidado)

Em 30 de setembro de 2020 as aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário – CDB estão vinculadas à operações de empréstimos junto ao Banco ABC Brasil S.A. totalizam R\$ 10.229 (R\$ 10.001 em 2019) e Banco Votorantim R\$ 41.925, sendo que a realização das aplicações ocorrerá no prazo entre 3 a 10 meses. Os recursos aplicados estão atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98% e 100,50%, respectivamente), refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

7 Contas a receber de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cartões de crédito	81.124	77.949	81.124	77.949
Cartão próprio - convênio	6.451	6.898	6.451	6.898
Farmácia popular	4.600	2.458	4.600	2.458
Outras contas a receber	120	208	120	292
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	<u>(1.336)</u>	<u>(2.670)</u>	<u>(1.336)</u>	<u>(2.670)</u>
	<u>90.959</u>	<u>84.843</u>	<u>90.959</u>	<u>84.927</u>

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
A vencer	90.392	81.074	90.392	81.158
Vencidos em até 30 dias	5	1.245	5	1.245
Vencidos entre 31 e 60 dias	4	1.089	4	1.089
Vencidos entre 61 e 90 dias	461	786	461	786
Vencidos acima de 91 dias	1.433	3.319	1.433	3.319
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(1.336)	(2.670)	(1.336)	(2.670)
	90.959	84.843	90.959	84.927

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, representado por cartões de crédito, débito e por parcerias com empresas e governo, é de aproximadamente 39 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações do Grupo. Parte substancial dos valores vencidos acima de 31 dias, estão representados por recebimento por meio de convênios e por meio do programa de benefício em medicamentos - PBMs.

A movimentação da perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(2.670)	(895)	(2.670)	(895)
Constituições	(1.336)	(2.670)	(1.336)	(2.670)
Utilização	2.670	895	2.670	895
	(1.336)	(2.670)	(1.336)	(2.670)

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

As contas a receber são substancialmente representados por valores a receber de administradoras de cartão de crédito de primeira linha (Cielo, Rede e Safra). Baseado no histórico de perdas destes recebíveis a administração avalia o risco de crédito como muito baixo.

As contas a receber de convênio representam contratos específicos com companhias que disponibilizam benefícios aos seus colaboradores para compra de produtos com desconto nas lojas da Nissei. A Companhia considera o risco de crédito baixo devido aos critérios seletivos para aceitação destas companhias.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 34.

8 Estoques (Controladora e Consolidado)

	30/09/2020	31/12/2019
Mercadorias para revenda	209.701	240.411
Materiais de consumo	<u>1.311</u>	<u>2.062</u>
	<u>211.012</u>	<u>242.473</u>

Os estoques de mercadorias para revenda estão distribuídos da seguinte forma nos estabelecimentos do Grupo:

	30/09/2020	31/12/2019
Centro de distribuição	42.306	65.932
Lojas da rede	173.283	176.732
(-) Provisão de estoques (a)	<u>(5.888)</u>	<u>(2.253)</u>
	<u>209.701</u>	<u>240.411</u>

- (a) A provisão para perda nos estoques inclui: i) as mercadorias vencidas e danificadas nos estoques do Grupo, sem a expectativa de ressarcimento nas políticas dos fabricantes, totalizando R\$ 3.204 (2019: R\$ 2.253); e ii) provisão para perdas prováveis de inventário geral na rede de lojas no montante de R\$ 2.684 (2019: R\$ zero). O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, na rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

A movimentação da provisão de estoques no período encontra-se apresentada a seguir:

	30/09/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(2.253)	(2.664)
Constituições	(5.888)	(2.253)
Utilizações	<u>2.253</u>	<u>2.664</u>
	<u>(5.888)</u>	<u>(2.253)</u>

As perdas de mercadorias para revenda, materiais de consumo e as variações no saldo de estoques foram incluídos no “Custo dos Produtos Vendidos” e totalizam R\$ 760.675 (R\$ 724.128 em 30 de setembro de 2019). Os valores incluem o valor da baixa de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas nos períodos e totalizaram R\$ 13.502 (R\$ 11.134 em 30 de setembro de 2019).

9 Impostos a recuperar (Controladora e Consolidado)

	30/09/2020	31/12/2019
Tributos sobre o lucro a recuperar		
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	418	361
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	645	90
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido	<u>1.476</u>	<u>6</u>
	<u>2.539</u>	<u>457</u>
Outros tributos a recuperar		
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – saldo credor (a)	95.258	14.549
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias – perdas (b)	6.346	5.306
PIS – Programa de integração social (c)	1.660	-

	30/09/2020	31/12/2019
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social (c)	7.631	-
Outros impostos a recuperar	10	10
	110.905	19.865
Total dos impostos a recuperar	112.816	20.322
Ativo circulante	59.102	12.998
Ativo não circulante	54.342	7.324

(a) Os créditos de ICMS no ativo circulante e não circulante, estão compostos da seguinte forma:

	30/09/2020	31/12/2019
Composição dos créditos de ICMS a recuperar (ressarcimento)		
ICMS-ST - transferências entre estabelecimentos (a.1.)	3.986	14.549
ICMS-ST - pago antecipadamente (a.2.)	16.707	-
ICMS-ST - não definitivo do período corrente (a.3.)	19.339	-
ICMS-ST - não definitivo de períodos retroativos (a.3.)	55.226	-
	95.258	14.549

(a.1) Ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias nos estabelecimentos

O montante de R\$ 3.986 (R\$ 14.549 em 31 de dezembro de 2019) é oriundo do ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelo seu Centros de Distribuição no Paraná, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas nos estados de São Paulo e Santa Catarina, nos termos da NPF nº027. Os respectivos créditos vêm sendo consumidos progressivamente nos últimos meses, principalmente por conta de produtos que estão fora da sistemática da substituição tributária. O respectivo montante deve ser compensado no período estimado entre 12 e 24 meses nas operações do Grupo. Os impactos no resultado foram refletidos em recuperação de custo da mercadoria vendida.

(a.2) Regime Especial – atribuição da condição de substituto tributário a estabelecimento atacadista

Em 25 de maio de 2020, através da publicação em Diário Oficial o Estado do Paraná, no uso das suas atribuições, concedeu o regime especial ao estabelecimento Centro de Distribuição Colombo-PR, sendo o mesmo beneficiado e eleito sujeito passivo por substituição, para efeitos de retenção do ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) relativo às operações subsequentes, nas operações de saída com as mercadorias, sendo: cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador; lâmina e aparelho de barbear; produtos alimentícios e produtos farmacêuticos. A vigência do regime especial iniciou-se em 01 de junho de 2020.

Os impactos do referido regime são inicialmente: i) na prorrogação de prazo de recolhimento da substituição tributária após a entrada em vigência do regime especial, considerando que o imposto será apurado com base nas saídas do estabelecimento Centro de Distribuição Colombo-PR e recolhido no mês posterior da emissão do documento fiscal; ii) ressarcimento dos montantes pagos antecipadamente e anteriores ao referido regime, e iii) aumento do ICMS próprio e redução do ICMS-ST referente as transferências destinadas aos estados de São Paulo e Santa Catarina, de forma a possibilitar a realização dos créditos acumulados. O Grupo antecipadamente realizou pagamento de substituição tributária (ST) nas compras dos estoques diretamente no Centro de Distribuição Colombo-PR no montante de R\$ 16.707 até 31 de maio de 2020. O respectivo montante deve ser compensado no período estimado entre 12 e 36 meses nas operações do Grupo.

(a.3) ICMS-ST não definitivo

O montante de R\$ 19.339 em 30 de setembro de 2020 é resultante do regime normal de apuração de ICMS dos centros de distribuição e lojas e referente aos créditos tributários de ICMS ST não definitivo, onde as bases fiscais de apuração presumida foram superiores as margens comerciais no período corrente.

O montante de R\$ 55.226 reconhecido em Junho de 2020 refere-se ao reconhecimento extemporâneo dos referidos créditos de ICMS-ST não definitivo, onde as bases fiscais de apuração presumida foram superiores as margens comerciais do período de julho de 2017 a setembro de 2019. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do STF, que em sede de repercussão geral, garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente comercializadas. Conforme recepção da matéria e regulamentação no Estado do Paraná, através do Decreto nº 3886/2020, e NPFº 002, não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF, a qual permite o levantamento e ressarcimento e/ou complemento das diferenças do ICMS-ST a partir de outubro de 2016. O respectivo montante já levantado e reconhecido deverá ser realizado no período estimado entre 12 e 36 meses nas operações do Grupo.

- (b) Ressarcimento de ICMS-ST sobre perdas de mercadorias, compondo o montante de R\$ 6.346 (R\$ 5.306 em 31 de dezembro de 2019). A Empresa está em fase de distribuição das petições por posto de fiscalização, e em observância das normas legais irá pleitear a restituição em espécie. Dessa forma, a expectativa é de realizar o montante no prazo de 12 meses.
- (c) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS – Trânsito em julgado

Em 26 de maio de 2020, o mandado de segurança impetrado pelo Grupo, transitou em julgado favoravelmente à empresa, afastando a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

O reconhecimento do direito aplica-se também às operações já realizadas. Portanto, será possível recuperar os valores pagos a título de PIS e Cofins sobre ICMS destacado nas operações pretéritas, nos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento. Como o ajuizamento ocorreu em 14/03/2017, será possível recuperar os valores pagos de 14/03/2012 a 26/05/2020.

Em 30 de setembro de 2020, o Grupo tem levantado os montantes abaixo:

	30/09/2020
PIS – Programa de integração social	
Período corrente	61
Reconhecimento extemporâneo – crédito	1.222
Reconhecimento extemporâneo – atualização	<u>377</u>
	<u>1.660</u>
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	
Período corrente	281
Reconhecimento extemporâneo – crédito	5.629
Reconhecimento extemporâneo – atualização	<u>1.721</u>
	<u>7.631</u>

Em 7 de outubro a companhia obteve deferimento do requerimento para habilitação dos respectivos créditos tributários junto à Receita Federal, dessa forma, irá iniciar os procedimentos de compensação com tributos federais, com expectativa de realização do saldo em 6 meses.

10 Instrumentos financeiros derivativos

As estratégias e políticas para contratação de instrumentos financeiros, estão descritas na nota explicativa nº 34. Em 30 de setembro de 2020, o Grupo tem o contrato na modalidade SWFC Netting Termo com o Banco Votorantim, com o objetivo de proteção ao risco cambial do contrato de empréstimo em moeda estrangeira.

Valor do principal	Ponta ativa	Ponta passiva	Resultado (9 meses)
33.000	<u>50.316</u>	<u>35.715</u>	<u>14.601</u>

As variações nos saldos passivos (empréstimos) e demais garantias vinculadas estão descritas na nota explicativa 21.

11 Outros ativos

Os valores a receber estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Outros ativos – partes relacionadas				
Venda de participação societárias (a)	87.000	-	87.000	-
Venda de ativos imobilizados (b)	15.619	1.843	15.619	-
Antecipações para coligadas (c)	-	10.075	-	10.075
Mútuos a receber (d)	3.713	3.702	3.713	9.837
Hiperzoo Pet Shop	-	-	-	3.221
Antecipações de lucros	-	2.226	-	4.541
Total outros ativos – partes relacionadas	106.332	17.846	106.332	27.674
Acordos comerciais a receber (e)	16.507	30.703	16.507	30.703
Bloqueios judiciais	-	3.094	-	3.094
Antecipações para colaboradores	2.423	3.082	2.423	3.082
Antecipações para fornecedores	3.731	2.972	3.731	2.972
Prêmios de seguros	1.108	854	1.108	854
Outros	3.407	2.368	3.407	6.753
Total outros ativos – terceiros	27.176	43.073	27.176	47.458
Total outros ativos	133.508	60.919	133.508	75.132
Ativo circulante	25.656	39.404	25.656	41.299
Ativo não circulante	107.852	21.515	107.852	33.833

- (a) O montante de R\$ 87.000 a receber refere-se a venda da participação societária da controlada Nissei Administradora de Bens – As informações adicionais da operação de venda consta nas notas explicativas 15 e 16.
- (b) O valor de R\$ 15.619 a receber refere-se a venda de ativos imobilizados do Grupo no período. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 14.
- (c) Os valores em aberto com a parte relacionada Comércio de Medicamentos Maeoka em 31 de dezembro de 2019, envolvem direitos a receber da Companhia, os quais foram totalmente liquidados em 30 de junho de 2020, por meio de acordo entre as partes. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 14.
- (d) Os valores em aberto referem-se valores de mútuo a receber dos acionistas. As condições negociadas entre as partes prevê prazo para pagamento em 48 meses e atualização dos saldos com a aplicação de juros pro-rata die, 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, a partir de 1º de setembro de 2020 – vide nota explicativa 14.
- (e) Os saldos a receber de acordos comerciais referem-se a negociações com fornecedores de mercadorias para venda diferenciada de seus produtos nas lojas da rede. Compreendem descontos financeiros no momento da venda ao consumidor e associados a programas de benefícios, verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio e abatimento por metas de volume, aferidos tanto nas compras quanto nas vendas.

12 Outros investimentos (Controladora e Consolidado)

O Grupo habilitou-se para aquisição da massa falida Comércio de Cereal Marechal Ltda. - Supermercado Coletto, conforme processo judicial na 2ª Vara da Fazenda Pública, Falência e Recuperações da Comarca de Curitiba - PR, ao final do processo absorveu os terrenos e imóveis da referida massa falida face aos pagamentos realizados pelo Grupo aos demais credores.

A composição dos pagamentos aos credores está demonstrada abaixo:

	30/09/2020	31/12/2019
Aquisição sub judice	-	4.598
Liquidações de dívidas	-	3.553
Parcelamentos federais	-	2.583
Parcelamentos estaduais	-	227
Parcelamentos municipais	-	36
Outros	-	1.457
	<u>-</u>	<u>12.454</u>

Os valores supracitados estão demonstrados a valores originais e compreendem pagamentos de débitos tributários, gastos com reformas em imóveis e credores privilegiados, trabalhistas e quirografários.

O processo teve trâmite final no mês de maio de 2020 e os bens da massa falida foram transferidos para o Grupo. Estes bens foram vendidos no mês de junho, conforme descrito na nota explicativa 14b, por R\$ 15.619, sendo apurado um ganho de R\$ 2.754, reconhecido na rubrica “outras receitas operacionais” dentro do resultado do período.

13 Direitos sobre precatórios (Controladora e Consolidado)

Os direitos sobre precatórios são de esfera estadual e estão da seguinte forma distribuídos:

	30/09/2020	31/12/2019
Termo de obrigações - Precatório 48.609/1997 (a)	43.540	42.925
Créditos remanescentes - acordo geral (b)	7.329	5.804
Saldo remanescente do precatório nº 51.218/97 (c)	3.801	-
Outros precatórios estaduais (d)	<u>1.431</u>	<u>1.431</u>
	<u>56.101</u>	<u>50.160</u>

- (a) Os créditos decorrentes do Precatório nº 48.609/1997 cedidos no termo de obrigações entre o Grupo e a CR Almeida S.A. em 23 de março de 2016 somam, em 30 de setembro de 2020, o montante de R\$ 43.450 (R\$ 42.925 em 2019), os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR. Para o período de nove meses findo em 2020 e em 2019, foi reconhecido no resultado a atualização do respectivo crédito no montante de R\$ 615 e R\$ 10.028, respectivamente.
- (b) Os saldos do precatório 51.218/97, remanescentes no valor de R\$ 7.329 (R\$ 5.804 em 2019) são provenientes da conciliação efetuada em 18 de dezembro de 2014, onde o Grupo detinha em um único precatório o valor de R\$ 110.725 e débitos de ICMS com o Estado do Paraná no montante de R\$ 106.284, resultando no saldo remanescente de direito. Em 30 de setembro de 2020, os valores estão atualizados com critérios aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), sendo o saldo remanescente de R\$ 7.329 (R\$ 5.804 em 2019). A atualização teve impacto no resultado do Grupo de R\$ 1.525 em 2020 (R\$ 1.363 em 2019).

- (c) Os saldos remanescentes do precatório nº 51.218/97 no valor de R\$ 3.801, devidamente atualizado em 30 de setembro de 2020, sendo o montante de R\$ 11 reconhecido no resultado, tem como credora originária CR Almeida, sendo o crédito praticamente certo nas premissas dos assessores jurídicos do Grupo, bem como nos relatórios de conciliação com a Procuradoria do Estado do Paraná. A aquisição do crédito aconteceu nos termos do Segundo Termo Aditivo ao Acordo para Dissolução Parcial da Sociedade assinado em 30 de junho de 2020 pelos representantes legais da Farmácia e Drogerias Nissei (compradora) e Comércio de Medicamentos Maeoka (vendedora), o valor de aquisição é R\$ 10.154 e a quitação ocorreu com saldo a receber do conta corrente entre as partes envolvidas. Após a avaliação dos créditos do precatório, a administração da Companhia, com base nas opiniões de seus assessores jurídicos e utilizando dos relatórios da Procuradoria do Estado do Paraná, entendeu que a operação de compra e valor praticamente certo de crédito do precatório, resultava na perda do valor recuperável, sendo o montante de R\$ 6.285, imediatamente reconhecida no resultado do período.
- (d) Os demais créditos de precatórios, que somam R\$ 1.431, registrados no ativo não circulante, estão registrados pelo valor de custo. Tais precatórios serão realizados até 31 de dezembro de 2024, atendendo a Emenda Constitucional nº 99/2017, considerando o prazo limite para pagamento de precatórios.

14 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas em aberto são precificadas com base em condições específicas estabelecidas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros e devem ser liquidados conforme fluxo de caixa dos envolvidos.

Abaixo demonstramos os saldos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Ativo não circulante				
Com. de medicamentos Maeoka Ltda. (a)	-	10.075	-	10.075
Nissei Administradora de Bens (b)	15.619	1.843	15.619	-
Antecipação de lucros	-	2.226	-	4.541
Hiperzoo Pet Shop (e)	-	-	-	3.221
Venda de participação societárias para sócios (c)	87.000	-	87.000	-
Mútuo de sócios (d)	3.713	3.702	3.713	9.837
	<u>106.332</u>	<u>17.846</u>	<u>106.332</u>	<u>27.674</u>
Total do ativo não circulante				
Passivo				
Nissei Administradora de Bens	-	1.674	-	-
Dividendos a pagar aos acionistas (f)	5.660	-	5.660	-
	<u>5.660</u>	<u>1.674</u>	<u>5.660</u>	<u>-</u>
Total do saldo passivo				
Passivo circulante	5.660	-	5.660	-
Passivo não circulante	-	1.674	-	-

- (a) Em 30 de junho de 2020, o Grupo firmou acordo com a Comércio de Medicamentos Maeoka Ltda., o que resultou, dentre outros, na liquidação do mútuo ativo de R\$ 10.075 por meio do recebimento do precatório mencionado na nota explicativa 13, cujo valor foi avaliado em R\$ 3.790, sendo reconhecida perda de R\$ 6.285, imediatamente reconhecida no resultado do período. Não há valores adicionais decorrentes desta negociação entre as empresas.
- (b) O saldo em aberto em 30 de setembro de 2020 refere-se a venda de imóveis no valor de R\$ 15.619, o qual será pago em conta corrente do Grupo até junho de 2022, sujeito a multa em caso de inadimplência de 2% sobre o valor inadimplido que passa a ser atualizado desde então pelo IPCA ou pelo fator de correção monetária que vier a substituí-lo além de juros moratórias de 3% ao ano. O valor da transação gerou ganho na venda de imobilizado no montante de R\$ 2.754 reconhecido no resultado do Grupo.

- (c) Em 30 de junho de 2020, o Grupo optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda., desvinculando-se na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R\$ 87.000, devendo o montante ser pago pelos sócios da investida no prazo de até 24 meses. O valor da transação foi estabelecido conforme contrato estabelecido entre as partes, cujo valor poderia ter sido diferente se negociado com terceiros. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 15.
- (d) Os valores em aberto referem-se valores de mútuo a receber dos acionistas. As condições negociadas entre as partes prevê atualização dos saldos por taxa de juros, sendo CDI 100%, e o prazo para pagamento é agosto de 2021, sujeito a multa em caso de inadimplência de 2% sobre o valor inadimplido que passa a ser atualizado desde então pelo IPCA ou pelo fator de correção monetária que vier a substituí-lo além de juros moratórias de 3% ao ano.
- (e) O montante de R\$ 3.221 refere-se ao mútuo entre a Nissei Administradora de Bens e o Hiperzoo Pet Shop. Conforme mencionado na nota (b), a Companhia vendeu sua participação (99,9641%) do investimento na Nissei Administradora de Bens Ltda. As condições negociadas entre as partes não prevê atualização dos saldos por taxa de juros e o prazo para pagamento está classificado como longo prazo.
- (f) Em 30 de junho de 2020, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R\$ 9.272 em atos legais, dos quais R\$ 5.660 permanecem em aberto em 30 de setembro de 2020.

O Grupo possui imóveis locados da Nissei Administradora de Bens. As transações de aluguel são precificadas com base em condições de mercado e são liquidados em base mensal, compreendendo os desembolsos abaixo durante os respectivos períodos:

	Desembolsos 9 meses 30/09/2020	Desembolsos últimos 3 meses
Centro de Treinamentos Nissei	259	87
Loja Nissei - Champagnat Batel	49	16
Loja Nissei - Alto da VX 24 horas	271	90
Loja Nissei - Juvevê Rocha Pombo	84	28
Loja Nissei - Praia de Leste	108	36
Loja Nissei - Rui Barbosa 24 horas	98	34
Loja Nissei - Tenente Francisco de Souza	115	115
Outros aluguéis	550	186
	<u>1.534</u>	<u>592</u>

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da administração inclui a distribuição de pró-labore mensal destinado à presidência e aos diretores, totalizando em 30 de setembro de 2020 o montante de R\$ 1.305 (R\$ 1.628 em 31 de dezembro de 2019).

As participações no capital social da controladora estão distribuídas, conforme segue:

- **Farmácia e Drogeria Nissei S.A.** - O capital social está representado por 21.720.362 ações ordinárias nominativas, sem de valor nominal, pertencentes à Patrícia Maeoka (1%), Alexandre Maeoka (1%) e Sergio Maeoka (98%).

15 Investimentos (Controladora)

a. Composição dos saldos

	30/09/2020	31/12/2019
Investimento em controlada	-	107.261
	-	107.261
	-	107.261

Em 30 de junho de 2020, o Grupo optou venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda., evidenciada na rubrica “Investimentos em controlada”. Desta forma, saindo na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida.

b. Movimentação dos saldos

Abaixo movimento das transações envolvendo o respectivo investimento, considerando valores envolvidos até a data base de 30 de junho de 2020, quando houve a venda do investimento:

	Nissei Adm. Bens
Saldo em 31 de dezembro de 2019	107.261
(+) Aumento de capital social	3.918
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(3.907)
(-) Realização da reserva de reavaliação por venda de quotas	(45.180)
(-) Realização do custo de aquisição e aportes de capital	(62.119)
(-) Outros ajustes	27
Saldo em 30 de junho de 2020	-

A equivalência patrimonial dos resultados da investida até 30 de junho de 2020 no montante de R\$ 3.907 foi reconhecida no resultado do Grupo.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia optou pela venda na integralidade das quotas (99,9641%) de participação na investida Nissei Administradora de Bens, resultando na realização do saldo da reserva de reavaliação no patrimônio líquido e custo de aquisição e demais aportes das quotas da sociedade, conforme evidenciado acima, nos montantes de R\$ 45.180 e R\$ 62.119, respectivamente.

Tendo em vista que a operação em questão foi realizada com o controlador final do Grupo, os efeitos da venda da participação societária foram reconhecidos em seu patrimônio líquido, conforme segue:

(+) Valor da alienação do investimento	87.000
(-) Valor do investimento na data da alienação	(107.299)
Perda registrada no patrimônio líquido	(20.299)

c. Detalhes da investida

Abaixo detalhes do saldo envolvendo o respectivo investimento, considerando valores envolvidos até a data base de 30 de junho de 2020, quando houve a venda do investimento:

	30/06/2020	31/12/2019
Ativo circulante	1.366	2.003
Ativo não circulante	<u>148.337</u>	<u>134.369</u>
Ativo total	<u>149.703</u>	<u>136.372</u>
Passivo circulante	2.763	3.136
Passivo não circulante	39.613	25.917
Patrimônio líquido	<u>107.327</u>	<u>107.319</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>149.703</u>	<u>136.372</u>
Demonstração do resultado:		
Receitas líquidas	1.176	3.495
(Prejuízo) lucro líquido do exercício / período	<u>(3.908)</u>	<u>145</u>
Participação (%) (a)	<u>99,96%</u>	<u>99,96%</u>
Equivalência patrimonial	<u>(3.907)</u>	<u>143</u>

(a) O investimento foi vendido em 30 de junho de 2020. Vide detalhes na nota 15a.

16 Ativo biológico (Consolidado)

A controlada mantém investimentos em plantações de pinus e eucaliptos, sendo os mesmos acompanhados periodicamente nos preceitos do CPC 29 / IAS 41 / CPC 46 / IAS 13, reconhecendo seus efeitos nas demonstrações contábeis do Grupo, considerando certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os ativos biológicos correspondem à plantação de árvores, basicamente representada por eucaliptos e pinus com idade média de 1 (um) a 15 (quinze anos), em uma área total cultivada de 2.307 hectares no montante de R\$ 40.023 em 2019. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, no grupo de outras despesas e receitas operacionais.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

a. Mensuração dos valores justos

A Companhia avalia o ativo biológico por mensuração baseada em mercado, objetivando estimar o preço pelo qual uma transação de venda ou transferência não forçada do ativo deveria ocorrer, seguindo os preceitos do CPC 46 / IAS 13.

A mensuração dos valores justos da madeira em pé e seus inputs foram classificadas pela quantidade do volume comercial calculada através do Incremento Médio Anual – IMA e a previsão ou planejamento de manejo correspondente a cada região.

Abaixo segue demonstrativo do resultado dos estudos realizados por profissional qualificado na avaliação do valor justo:

	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro de 2019	<u>36.204</u>
Varição por mudança no valor justo	2.512
Novos investimentos	<u>1.307</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>40.023</u>

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Madeira em pé - pinus e eucaliptos com idade média de 1 (um) a 15 (quinze anos)	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado da plantação. As projeções de fluxo de caixa incluem estimativas específicas para 17 anos. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	<ul style="list-style-type: none"> Preços futuros estimados de madeira por m3 (2019: R\$ 5,00 - 140,00, média ponderada de 65,00; 2020: R\$ 5,00 – 140,00, média ponderada de R\$ 66,00). Custo de manutenção do plantio por hectare (2019: 120,00 - 450,00, média ponderada de R\$ 263,00; 2020: 120 – 450,00, média ponderada de R\$ 263,00) Taxa de desconto ajustada ao risco (2019 - 9,5%; 2020: 9,5%) 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (reduzir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> os preços da madeira forem superiores (inferiores); os custos de manutenção do plantio forem menores (maiores); ou a taxa de desconto ajustada ao risco forem menores (maiores).

17 Imobilizado

Abaixo demonstrativo das posições de ativo imobilizado e suas movimentações para a controladora e consolidado:

a. Conciliação do valor contábil

Descrição Imobilizado	Controladora e Consolidado			Controladora			Consolidado		
	30/09/2020			31/12/2019			31/12/2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	-	-	-	-	-	59.736	-	59.736
Edificações	-	-	-	-	-	-	21.330	(4.177)	17.153
Benfeitorias em imóvel de terceiros	72.472	(40.961)	31.511	66.687	(34.808)	31.879	66.687	(34.808)	31.879
Equipamentos de informática	25.660	(16.618)	9.042	24.103	(14.185)	9.918	24.116	(14.198)	9.918
Instalações	26.994	(12.578)	14.416	25.649	(11.118)	14.531	25.649	(11.118)	14.531
Máquinas e equipamentos	7.410	(5.025)	2.385	7.297	(4.540)	2.757	7.552	(4.733)	2.819
Móveis e utensílios	58.002	(28.440)	29.561	55.278	(24.414)	30.864	55.486	(24.570)	30.916
Veículos de uso	6.248	(5.108)	1.139	6.507	(4.910)	1.597	10.204	(7.106)	3.098
Direito de uso - Arrendamento	226.773	(80.504)	146.270	181.716	(44.071)	137.645	181.716	(44.071)	137.645
Imobilizado em andamento	1.956	-	1.956	1.266	-	1.266	1.267	-	1.267
Total	425.515	(189.235)	236.281	368.503	(138.046)	230.457	453.743	(144.781)	308.962

b. Movimentação do ativo imobilizado (Controladora)

Custo	Veículos	Equipamentos de informática	Instalações	Móveis, utensílios e ferramentas	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em bens de terceiros	Direito uso arrendamentos	Imobilizado em andamento	Terrenos (a)	Edificações (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.902	21.691	23.751	49.732	7.119	59.737	-	1.397	-	-	170.329
Adições	365	1.361	1.180	3.936	109	2.164	168.117	3.307	-	-	180.540
Baixas	(815)	-	(12)	(73)	-	(1.129)	-	-	-	-	(2.029)
Transferências	-	-	-	-	-	2.517	-	(2.517)	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2019	6.452	23.052	24.919	53.595	7.228	63.289	168.117	2.187	-	-	348.840
Adições	314	1.051	736	1.683	69	689	14.147	1.948	-	-	20.637
Baixas	(259)	-	(6)	-	-	-	(548)	(160)	-	-	(973)
Transferências	-	-	-	-	-	2.709	-	(2.709)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.507	24.103	25.649	55.278	7.297	66.687	181.716	1.266	-	-	368.503
Adições	42	1.549	1.345	2.730	130	2.160	50.909	6.706	6.769	8.850	81.189
Baixas	(289)	(4)	-	(6)	(17)	(2.391)	(5.851)	-	(6.769)	(8.850)	(24.177)
Transferências	(12)	12	-	-	-	6.016	-	(6.016)	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2020	6.248	25.660	26.994	58.002	7.410	72.472	226.773	1.956	-	-	425.515

	Veículos	Equipamentos de informática	Instalações	Móveis, utensílios e ferramentas	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em bens de terceiros	Direito de uso arrendamentos	Edificações	Total
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(4.560)</u>	<u>(11.283)</u>	<u>(9.321)</u>	<u>(19.483)</u>	<u>(3.905)</u>	<u>(26.313)</u>	-	-	<u>(74.865)</u>
Adições	(770)	(2.144)	(1.338)	(3.656)	(475)	(6.991)	(33.101)	-	(48.475)
Baixas	375	-	5	15	-	866	-	-	1.261
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>(4.955)</u>	<u>(13.427)</u>	<u>(10.654)</u>	<u>(23.124)</u>	<u>(4.380)</u>	<u>(32.438)</u>	<u>(33.101)</u>	-	<u>(122.079)</u>
Adições	(193)	(758)	(465)	(1.290)	(160)	(2.370)	(10.970)	-	(16.206)
Baixas	238	-	1	-	-	-	-	-	239
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(4.910)</u>	<u>(14.185)</u>	<u>(11.118)</u>	<u>(24.414)</u>	<u>(4.540)</u>	<u>(34.808)</u>	<u>(44.071)</u>	-	<u>(138.046)</u>
Adições	(445)	(2.437)	(1.460)	(4.030)	(488)	(7.631)	(36.432)	(29)	(52.953)
Baixas	247	4	-	4	3	1.478	-	29	1.765
Saldo em 30 de setembro de 2020	<u>(5.108)</u>	<u>(16.618)</u>	<u>(12.578)</u>	<u>(28.440)</u>	<u>(5.025)</u>	<u>(40.961)</u>	<u>(80.504)</u>	-	<u>(189.235)</u>

(a) Estas transações não envolveram caixa, conforme transação de habilitação de massa falida divulgada na nota explicativa 12.

Venda de ativo imobilizado (nota (a) acima)

Em 30 de junho de 2020, a Companhia vendeu os bens adquiridos no processo de Massa Falida - Cereal Marechal Ltda. - Supermercado Coletto para a Nissei Administradora de Bens pelo valor de R\$ 15.619, conforme nota explicativa 14, devendo os montantes serem recebidos no período de 24 meses. A transação gerou ganho de R\$ 2.754 reconhecido na rubrica de outras receitas operacionais no resultado do período.

Garantias

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o Grupo e seus acionistas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas de captação de empréstimos, conforme divulgado na nota explicativa 22.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído a provisão para *impairment*. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

18 Intangível (Controladora e Consolidado)

Custo	Controladora			Total
	Software em uso	Software em desenvolvimento	Fundo de Comércio	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.324	-	10.275	24.599
Adições	1.488	-	280	1.768
Baixas	-	-	(235)	(235)
Amortizações	(3.419)	-	(86)	(3.505)
Saldo em 30 de setembro de 2019	12.393	-	10.234	22.627
Adições	230	-	520	750
Baixas	-	-	(5)	(5)
Amortizações	(1.182)	-	(34)	(1.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.441	-	10.715	22.156
Adições	1.382	16	240	1.638
Baixas	-	-	(709)	(709)
Transferências	16	(16)	-	-
Amortizações	(3.559)	-	(1.982)	(5.541)
Saldo em 30 de setembro de 2020	9.280	-	8.264	17.544

Software

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. O Grupo realiza o reconhecimento de amortizações a taxa de 20%.

O acréscimo na rubrica “Software” refere-se aos custos de implementação de novos sistemas e substituição do banco de dados.

Fundo de comércio

Os gastos com fundo de comércio compreendem gastos com a aquisição de ponto comercial para operar as lojas da rede de acordo com os direitos adquiridos na aquisição ou locação do estabelecimento comercial. Os montantes são avaliados pelo valor de aquisição e o seu valor recuperável é analisado, no mínimo, anualmente. Para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a Administração avaliou e não identificou a necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

A avaliação do valor recuperável dos gastos com fundo de comércio foi avaliada ao nível de cada unidade geradora de caixa (UGC), no caso do Grupo referem-se as localidades onde estão instaladas cada loja, que inclui tais custos e foi estimado com base na geração dos fluxos de caixa esperados para da UGC.

A vida útil atribuída à este grupo de ativos intangíveis é conforme contrato de locação vigente. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Fornecedores de mercadorias	216.806	244.065	216.806	244.065
Fornecedores de bens e serviços	9.029	10.470	9.029	10.593
	225.835	254.535	225.835	254.658

20 Arrendamentos a pagar

O Grupo arrenda uma série de imóveis para o seu espaço de escritórios, lojas de varejo e centro de distribuição. As locações de imóveis operacionais são executadas por período entre 5 (lojas) a 10 anos (centro de distribuição). Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação automática por período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato.

Para o reconhecimento inicial do direito de uso e obrigações com arrendamentos foram consideradas as seguintes premissas:

- O início do prazo de arrendamento considera a data em que o Grupo passa a exercer o direito de uso do imóvel. Neste sentido, foi definida a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do espaço físico.
- Para a definição do prazo do arrendamento adotou-se o prazo de cada contrato adicionado as premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 (“Lei do Inquilinato”) que concede ao arrendatário (Controladora) o direito à renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.
- Aluguéis comerciais: em virtude desse tipo de contrato possuir diversos tipos de prazos, definiu-se utilizar as seguintes premissas:

- Contratos de lojas com contratos de prazos originais ou aditivos de renovações vigentes e que geram resultados operacionais economicamente viáveis considerou-se o prazo restante do contrato.
- Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e que geram resultados operacionais economicamente viáveis, considerou-se o prazo de 60 meses.
- Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e consideradas em avaliação de resultados operacionais, considerou-se o prazo de 24 meses e também o prazo estimado pela Administração de manter as instalações comerciais.
- Aluguel do centro de distribuição: considerado o prazo de contrato do imóvel.

O Grupo avalia no início do arrendamento se é razoavelmente certo exercer as opções de renovação, considerando se haverá um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias sob seu controle.

A taxa de juros incremental de financiamento do arrendamento teve abrangência em todos os contratos e considerou taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles alugueis contratados na data de assinatura. Após análise, a taxa nominal de desconto ficou entre 0,88% e 0,91% a.m., a qual dentro das análises do Grupo correspondeu a taxas médias das captações de empréstimos, que correspondeu a taxa incremental de financiamento.

Para a depreciação do ativo de direito de uso, considerando que não há contratos com opção de aquisição do ativo no final do prazo contratual, foram consideradas como vida útil do bem, o prazo do contrato de arrendamento, quando da ausência de perda ao valor recuperável, sendo considerado o que for menor. A depreciação do bem ocorre de forma sistemática e linear. Ressalta-se que o Grupo reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações de planos comerciais estratégicos e intenção dos locadores na continuidade do contrato.

Os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do arrendamento.

O Grupo ressalta que irá acompanhar periodicamente aspectos das aplicações do Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 – Redução do valor recuperável de ativos, no que tange a avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de lojas e centro de distribuição.

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e período findo em 30 de setembro de 2020, foi a seguinte:

Movimentação	Contrato arrendamentos
Passivo reconhecido em 1º de janeiro de 2019	148.382
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	33.882
Pagamentos efetivados - principal	(38.129)
Pagamentos efetivados – juros	(15.725)
Juros reconhecidos no resultado	15.918
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	<u>(1.118)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>143.210</u>

Movimentação	Contrato arrendamentos
Passivo circulante	41.580
Passivo não circulante	101.630
Saldo em 31 de dezembro de 2019	143.210
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	50.909
Pagamentos efetivados - principal	(32.539)
Pagamentos efetivados – juros	(12.603)
Juros reconhecidos no resultado	12.675
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(5.709)
Saldo em 30 de setembro de 2020	155.943
Passivo circulante	43.582
Passivo não circulante	112.361
	155.943

Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

	30/09/2020	31/12/2019
Menos de 1 ano	43.582	41.580
Entre 1 e 5 anos	103.514	89.480
Mais de 5 anos (Centro de distribuição)	8.847	12.150
	155.943	143.210

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e período findo em 30 de setembro de 2020, foi a seguinte:

Ativo reconhecido em 01 de janeiro de 2019	148.382
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	33.882
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(548)
Depreciação no período	(44.071)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	137.645
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	50.909
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(5.851)
Depreciação no período	(36.432)
Saldo em 30 de setembro de 2020	146.270

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº1/2020, Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06 (R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CMV (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. O Grupo desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possa chegar a informação. Os inputs são:

- Taxa de desconto nominal aplicada – 0,88% a.m.
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA) – 0,3% a.m.

- Cronograma de pagamentos não inflacionado (tabela abaixo):

	30/09/2020	31/12/2019
2020	11.303	41.580
2021	43.074	30.866
2022	39.154	30.131
2023	33.695	24.266
2024	14.420	4.127
2025 em diante	14.297	12.150
	155.943	143.120

21 Empréstimos e financiamentos

Moeda estrangeira

Descrição	Indexador	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
<i>4131</i>					
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	44.924	40.746	44.924	40.746
Total		44.924	40.746	44.924	40.746

Moeda nacional

Descrição	Indexador	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
<i>Capital de giro</i>					
Banco Safra	Pré fixada + pós fixada (CDI)	75.246	78.246	75.246	78.246
Banco Paulista	Pré fixada + pós fixada (CDI)	-	3.751	-	3.751
Banco do Brasil	Pré fixada + pós fixada (CDI)	-	7.322	-	7.322
Banco Santander	Pré fixada + pós fixada (CDI)	-	2.992	-	2.992
Banco Votorantim	Pré fixada + pós fixada (CDI)	22.758	7.737	22.758	7.737
Banco ABC	Pré fixada + pós fixada (CDI)	38.417	38.309	38.417	38.309
Banco Itaú	Pré fixada + pós fixada (CDI)	15.028	2.136	15.028	2.136
Banco Daycoval	Pós fixada (CDI)	9.597	6.858	9.597	6.858
Total		161.046	147.351	161.046	147.351
<i>Arrendamentos (Leasing)</i>					
Banco Safra	Pré fixada	67	161	67	326
Banco Daycoval	Pré fixada	256	441	256	441
HP Finacial	Pré fixada	1.947	2.449	1.947	2.449
Total		2.270	3.051	2.270	3.216
<i>CDC</i>					
Banco Safra	Pré fixada	321	415	321	688
Banco Bradesco	Pré fixada	285	520	285	732
Banco Itaú	Pré-Fixada	215	303	215	303
Total		821	1.238	821	1.723
Total de empréstimos e financiamentos		209.061	192.386	209.061	193.036
Circulante		71.250	46.917	71.250	47.263
Não circulante		137.811	145.469	137.811	145.773

Covenants financeiros

A Companhia não possui cláusulas de vencimento antecipado contendo índices financeiros atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 30 de setembro de 2020.

Cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado

Alguns instrumentos de dívida possuem cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado, de modo que poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas da Companhia.

Taxas contratadas

O Grupo trabalha na data de 30 de setembro de 2020 com juros pré-fixados e juros pós-fixados.

As taxas médias de juros são:

- Pré-fixado - Juros médios de 1,09 % a.m.
- Pós fixados – Juros médios de CDI + 0,35% a.m.

Garantias demais operações

Compõem as garantias para operações de empréstimos e financiamentos do Grupo os seguintes bens e direitos:

- Aval dos acionistas;
- Fluxo de carteira de cartão de crédito;
- Aplicações financeiras (nota explicativa 6);
- Fluxo de outros recebíveis (convênios);
- Ativos do Grupo e de acionistas, sendo: i) acionistas - Fazenda de Guarapuava, incluindo o ativo biológico; imóveis comerciais e residências e ii) Companhia - Alienação fiduciária de estoques no valor de R\$ 7.300; e
- Veículos diversos e outros bens móveis objetos de operação para aquisição dos mesmos.

Não há qualquer outro ativo do Grupo arrolado em outras operações financeiras.

Movimentações

As movimentações dos empréstimos e financiamentos no ano compreendem:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2018	<u>138.112</u>	<u>138.643</u>
Captações	160.552	160.912
Juros e atualizações	12.577	12.621
(-) Pagamento do principal	(105.852)	(106.097)
(-) Pagamento de juros	(13.542)	(13.582)
(-) Novos custos da transação	(1.795)	(1.795)
Amortização de custo da transação	<u>2.334</u>	<u>2.334</u>
Saldo em 31.12.2019	<u><u>192.386</u></u>	<u><u>193.036</u></u>
Captações	41.418	41.667

	Controladora	Consolidado
Juros e atualizações	25.263	25.301
(-) Pagamento do principal	(39.938)	(40.116)
(-) Pagamento de juros	(10.631)	(10.668)
(-) Novos custos da transação	(170)	(170)
Amortização de custo da transação	733	733
Exclusão pela venda da investida	-	(722)
Saldo em 30.09.2020	209.061	209.061

Cronograma de pagamento:

2020	17.592
2021	53.103
2022	39.184
2023	37.603
2024	37.492
2025	14.452
2026	9.635
Total	209.061

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, incluindo encargos financeiros a transcorrer, ainda não apropriados ao resultado do Grupo nas renegociações de empréstimos junto aos Bancos do Brasil e Safra, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo movimento:

Saldo em 31.12.2019	2.134
(-) Novos custos da transação	170
Amortização de custo da transação	(733)
Saldo em 30.09.2020	1.571

22 Debêntures (Controladora e Consolidado)

	30.09.2020	31.12.2019
Primeira série (custo amortizado)	201.673	149.110
Segunda série (valor justo)	49.236	40.602
Total	250.909	189.712
Passivo circulante	250.909	88.806
Passivo não circulante	-	100.906
	250.909	189.712

A operação realizada em 29 de outubro de 2017 no montante total de R\$ 153.061 é composta por emissão de debêntures conversíveis em ações da Companhia, que foi realizada junto ao CWB - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, está subdividida em duas séries. A primeira série possui vencimento final em 31 de outubro de 2021 e, a segunda série deverá ser liquidada até 31 de outubro de 2023, iniciando o direito de exercício a partir do 48º mês do contrato (31 de outubro de 2021) e em conjunto com o vencimento da primeira série.

A conversão das ações somente é aplicável no caso de não pagamento das debênture, sendo as ações da Companhia garantia do montante devido no vencimento final.

As premissas de remuneração do contrato caracterizam a operação como um contrato combinado de forma que no reconhecimento inicial, a primeira série R\$ 201.673 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 149.110 em 31 de dezembro de 2019) é registrada pelo custo amortizado, e, a segunda série R\$ 49.236 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 40.602 em 31 de dezembro de 2019) por valor justo.

Após o reconhecimento inicial, a primeira série é mensurada pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, e, a segunda série, anualmente é mensurada pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Para classificação dos saldos do passivo circulante, foi considerado o fluxo previsto de amortizações para os próximos 12 meses, de acordo com a melhor estimativa da Administração e a reestruturação em curso e esforços para repactuar suas dívidas através de contratações de linhas de crédito com custos menores ou extensão das linhas existentes, cujos recursos serão utilizados para amortização destas debêntures.

Movimentação dos saldos de debêntures

Movimentação	Debêntures série 1	Debêntures série 2	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	131.250	37.041	168.291
Parcela passivo circulante	3.693	-	3.693
Parcela passivo não circulante	127.557	37.041	164.598
(+) Apropriação custo da transação	2.013	-	2.013
(+) Atualização de juros - série 1	330	-	330
(+) Atualização do valor justo - série 2	-	3.561	3.561
(+) Incorporação de 50% dos juros - série 1 (*)	31.034	-	31.034
(-) Pagamento de juros	(15.517)	-	(15.517)
Total das movimentações	17.860	3.561	21.421
Saldo em 31 de dezembro de 2019	149.110	40.602	189.712
(+) Apropriação custo da transação	1.510	-	1.510
(+) Atualização de juros - série 1	59.281	-	59.281
(+) Atualização do valor justo - série 2	-	8.634	8.634
(-) Pagamento de juros	(8.228)	-	(8.228)
Total das movimentações	52.563	8.634	61.197
Saldo em 30 setembro de 2020	201.673	49.236	250.909
Parcela passivo circulante	201.673	49.236	250.909
Parcela passivo não circulante	-	-	-

(*) O pagamento de juros da primeira série é dividido em parcelas semestrais, sendo que 50% da remuneração deve ser liquidada em dinheiro, e 50% deve ser capitalizada e incorporada ao saldo do valor nominal da totalidade das debêntures, os quais deverão ser integralmente quitados na data de vencimento da primeira série.

Primeira série

Cada uma das debêntures da primeira série fará jus a juros simples pré-fixados entre 14,5% a 16,5% a.a. nos primeiros 12 meses e 18% a.a. a partir do 13º mês, capitalizados semestralmente. O prazo de vencimento é de 48 meses a partir da emissão de Debêntures (29 de outubro de 2017). Foram emitidas 153.061.000 debêntures na modalidade no valor de R\$ 1.

Para o cálculo do custo amortizado, foi considerado o fluxo previsto de pagamentos baseado na melhor estimativa da Administração.

Segunda série

A segunda série das debênture é remunerada considerando:

a. Com evento de liquidez

Caso a empresa realize alguma operação de evento de liquidação maior que 20% das ações deve remunerar a segunda série a 4,4% do valor econômico do Grupo; ou,

b. Sem evento de liquidez

A ser executado pelo credor entre outubro de 2021 e outubro de 2023, remunerada através do cálculo de EBITDA Ajustado* acumulado dos últimos doze meses x 8,5 x 4,4%.

(*) Calculado com o objetivo de avaliação dos índices de covenants.

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, ainda não apropriados ao resultado do Grupo no processo de emissão de debêntures foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento da operação. Abaixo detalhamento:

(a) Taxa de estruturação - Considerado a taxa de 2% do valor da operação, compreendendo o montante de R\$ 3.061, sendo realizado proporcional aos 48 meses da operação. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação da taxa de estruturação	3.061
Apropriações	
2017	(128)
2018	(765)
2019	(765)
2020	(573)
	830
Saldo a apropriar	830

(b) Serviços especializados para análise preliminar, remodelagem e avaliação econômica e estratégica do Grupo, bem como orientação no preparo das informações e documentos, prospecção, abordagem e negociação com financiadores interessados, remunerados a taxa de sucesso de 3% dos recursos liberados líquidos dos impostos. O valor compreende o montante de R\$ 4.992. Abaixo movimentação de amortização:

Contratação de serviços especializados	4.992
Apropriações	
2017	(208)
2018	(1.248)
2019	(1.248)
2020	(936)
	1.352
Saldo a apropriar	1.352

Antecipações despesas

As antecipações de estruturação, ainda não apropriados integralmente no resultado do Grupo, foram reduzidas do valor efetivo recebido de debêntures, a título de adiantamento para despesas necessárias ao longo do prazo da operação para com obrigações do contrato e manutenção do Debenturista. O montante inicial reconhecido foi de R\$ 1.300, sendo apropriados conforme:

Antecipações despesas	1.300
Apropriações	
2017	(54)
2018	(325)
2019	(325)
2020	(243)
	<hr/>
Saldo a apropriar	353

Covenants

Todos os índices de atingimento em 30 de setembro de 2020, estão adequados ou a Companhia obteve *wavier* da debenturista, conforme segue abaixo.

Os covenants financeiros são (data-base para apuração: 31 de outubro):

- (a) Obrigação de não-oneração das ações do Grupo e do fluxo de caixa de dividendos; vedação do endividamento adicional, com exceção das linhas para capital de giro desde que o saldo adicional de tais linhas não ultrapasse R\$ 30.000; e
- (b) Indicador de liquidez através da fórmula: endividamento líquido (empréstimos e parcelamentos tributários, reduzido das disponibilidades) dividido pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) dos últimos 12 meses, a partir de outubro de 2017, devendo atingir no primeiro ano 3,5, no segundo ano 3,0, no terceiro ano 2,5 e no quarto ano 2,5; e
- (c) Distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da emissora e/ou quotistas da Nissei Administradora, valor que exceda R\$ 4.000 ao ano, monetariamente corrigido pelo IGPM e líquido de impostos.

Tendo em vista aos esforços do Grupo para repactuação das dívidas através de contratação de linhas de créditos ou extensão das linhas existentes, o Grupo obteve, em 4 de dezembro de 2019 e 23 de abril de 2020, a anuência do Debenturista, com vigência até 31 de outubro de 2020 e 30 de novembro de 2020, respectivamente, quanto à não declaração do vencimento antecipado das obrigações do Grupo, no caso do não cumprimento da cláusula prevista no item (a) e (b), acima descritos.

Contudo, as anuências estão condicionadas ao cumprimento das seguintes obrigações, de forma cumulativa:

- A totalidade dos recursos captados nos novos financiamentos de longo prazo (assim considerados a soma dos valores principais em que são devidos após 31 de outubro de 2021) que ultrapassem o valor agregado de R\$ 140.000 deverão ser utilizados para fins de amortização das debêntures, conforme previsto no contrato inicial com a debenturista (quitação antecipada facultativa).

- Quando do recebimento pelo Grupo de valores oriundos de precatórios no valor mínimo de R\$ 35.000, sendo certo a utilização para amortização facultativa previstas no contrato com a debenturista;
- Autorização para utilização de bens em garantia de operações financeiras relacionadas, sendo os ativos biológicos, as fazendas de Guarapuava, Itaperuçu e Rio Branco e Condomínio Brava;
- Pagamento de waiver fee em favor da Debenturista, no valor de R\$ 450, o mesmo será adicionado aos montantes devidos por conta da operação inicial;
- Permanecer adimplente com todas as obrigações assumidas em âmbito da escritura e do contrato de alienação fiduciária.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia cumpriu as condições estabelecidas acima.

Adicionalmente, o Grupo obteve em 25 de agosto de 2020, uma carta formalizando e consolidando as anuências e aprovações prévias já obtidas da debenturista (CWB - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica) para a realização das operações abaixo descritas, as quais eram objeto de covenant no contrato de debêntures. As tratativas para as respectivas transações já eram previstas no contrato inicial com a debenturista e foram previamente aprovadas pelos debenturistas. Abaixo os assuntos aprovados:

- Distribuição de dividendos a pagar para os acionistas – R\$ 7.000.
- Operações de compra e venda de imóveis por meio das quais a Nissei Administradora adquiriu 3 imóveis da Companhia, pelo valor global de R\$ 15.619.
- Operação de venda das quotas da Comércio de Medicamentos Maeoka na totalidade (1% do capital), juntamente com o prejuízo da operação no resultado do Grupo, bem como dispensa de aportes adicionais pelos acionistas do Grupo. Detalhes dos movimentos da operação estão na nota explicativa 14.
- Operação de venda das quotas da Nissei Administradora de bens na integralidade (99,9641% do capital), conforme descrito na nota explicativa 15.

Waiver adicional

Considerando que a anuência prévia, obtida em 04 de dezembro de 2019, em relação ao não cumprimento da cláusula relacionada ao atingimento do indicador de liquidez explicada no item (b) acima, venceu em 31 de outubro de 2020, o Grupo obteve, em 30 de outubro de 2020, nova anuência do Debenturista. A nova anuência formaliza a não declaração do vencimento antecipado das obrigações do Grupo, no caso do não atingimento do referido indicador de liquidez.

Garantias

A operação está garantida por:

- (a) alienação fiduciária da totalidade das ações do Grupo.
- (b) cessão fiduciária parcial dos dividendos distribuídos,
- (c) garantia pessoal (aval) do acionista controlador.

23 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Salários a pagar	11.719	9.253	11.719	9.278
FGTS a recolher	2.218	1.323	2.218	1.326
INSS a recolher	9.854	4.297	9.854	4.306
Provisão de férias e encargos	30.651	17.340	30.651	17.340
Prêmios de produtividade e companhas	7.581	6.735	7.581	6.735
Outras obrigações trabalhistas	866	676	866	713
	62.889	39.624	62.889	39.698

A Companhia aderiu as medidas tributárias (Portaria nº 139/2020/ Portaria nº 150/2020), adotadas pelo Ministério da Economia no combate ao COVID-19, referente a prorrogação do prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias (INSS) e FGTS, no que refere aos desembolsos patronais, conforme segue:

	Saldo a pagar	Competência	Vencimento
INSS a pagar	5.385	Abril e maio de 2020	Outubro e novembro de 2020
FGTS a pagar	783	Março, abril e maio de 2020	Novembro e dezembro de 2020

Os montantes serão recolhidos na integralidade nos meses de vencimento das medidas tributárias, sem juros e multas, conforme o cronograma de datas das medidas pertinentes.

24 Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
PIS e COFINS a recolher	2.264	745	2.264	754
IRPJ a recolher (a)	1.029	-	1.029	45
CSLL a recolher (a)	297	-	297	18
ST - Substituição tributária a recolher (b)	15.341	4.136	15.341	4.135
Outros impostos e taxas	1.694	1.810	1.694	1.812
	20.625	6.691	20.625	6.764

- (a) Os montantes a pagar e provisionados de IRPJ e CSLL estão detalhados na nota explicativa 33.
- (b) O incremento na rubrica de ST – Substituição Tributária a recolher está diretamente vinculado com a mudança do regime tributário do Centro de Distribuição Colombo-PR, mencionado na nota explicativa 9, e aos impostos de competência de março e abril, contemplados no pedido extraordinário de dilação de prazo, protocolado junto à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná.

25 Parcelamentos de tributos

Os saldos apresentados nas informações trimestrais, estão compostos de parcelamentos de tributos realizados pela controladora, sendo que os saldos estão assim compostos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
REFIS				
Programa de regularização tributária – PRT	17.664	18.957	17.664	18.957
Programa especial de regularização tributária – PERT	11.316	11.840	11.316	11.840
	<u>28.980</u>	<u>30.797</u>	<u>28.980</u>	<u>30.797</u>
Outros				
Lei 10552/2002	-	-	-	323
Parcelamento Ordinário - Receita Estadual Paraná	1.203	-	1.203	-
	<u>1.203</u>	<u>-</u>	<u>1.203</u>	<u>323</u>
Total dos parcelamentos	<u><u>30.183</u></u>	<u><u>30.797</u></u>	<u><u>30.183</u></u>	<u><u>31.120</u></u>
Passivo circulante	4.211	3.182	4.211	3.353
Passivo não circulante	25.972	27.615	25.972	27.767

A manutenção do Grupo nos programas de parcelamento acima mencionados depende do atendimento de várias condições, sobretudo da continuidade do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da Lei, e do pagamento dos tributos vincendos. O não pagamento de três parcelas acarretará o vencimento do débito total em aberto, com a imediata apuração do saldo devedor originário e incidência de todos os acréscimos legais.

A Companhia aderiu as medidas tributárias (Portaria nº 139/2020/ Portaria nº 150/2020) adotadas pelo Ministério da Economia no combate ao COVID-19, prorrogação do prazo de recolhimento tributos federais (incluindo parcelados) das competências de abril e maio de 2020, sendo R\$ 202 e R\$ 450 para o Programa especial de regularização tributária – PERT e Programa de regularização tributária – PRT, respectivamente. As parcelas das competências mencionadas, estão sendo recolhidos na integralidade no segundo semestre de 2020, sem juros e multas, conforme o cronograma de datas das medidas pertinentes.

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia está atendendo as condições necessárias para a sua manutenção dos programas.

26 Outros débitos

Abaixo demonstramos a composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Mútuos a pagar	-	1.674	-	-
Dividendos a pagar (a)	5.660	-	5.660	-
Adiantamento – negociações comerciais	3.428	2.257	3.428	2.257
Outros valores a pagar	1.647	1.727	1.647	4.090
	10.735	5.658	10.735	6.347
Passivo circulante	10.735	3.984	10.735	6.347
Passivo não circulante	-	1.674	-	-

- (a) O valor de dividendos a pagar refere-se ao montante autorizado em 30 de junho de 2020 e ainda não pagos sobre as reservas de lucros da Companhia levantados na respectiva data.

27 Provisão para contingências e depósitos judiciais (Controladora e Consolidado)

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	30/09/2020	31/12/2019
Demandas prováveis		
Trabalhistas e previdenciárias	2.780	2.270
Cíveis	7.489	5.592
	10.269	7.862
Depósitos judiciais		
Trabalhistas e previdenciárias	5.048	4.755
Cíveis	266	299
	5.314	5.054

Demandas trabalhistas e previdenciárias

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores questionando diferenças no recebimento de horas extras com consequente diferença em verbas rescisórias e questionando a aplicação do intervalo disposto no artigo 384 da CLT.

Demandas cíveis

O Grupo figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ R\$ 7.676 (R\$ 7.682 em 31 de dezembro de 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis internacionais e as adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

28 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social está representado por 21.720.362 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondente a R\$ 21.720, pertencentes à Patrícia Maeoka (1%), Alexandre Maeoka (1%) e Sergio Maeoka (98%).

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia aprovou novo capital social autorizado devidamente registrado na Junta Comercial do Paraná, sendo o novo valor autorizado de R\$ 250.000, podendo este ser subscrito com emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição imediata, mediante a autorização do Conselho de Administração. Em 30 de setembro de 2020, não houve qualquer movimentação financeira vinculada a esta alteração.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

A controlada Nissei Administradora de Bens optou pela mensuração de certos ativos imobilizados, na data de transição para as normas CPC's e IFRS, pelo custo atribuído daquela data. Em decorrência da adoção do custo atribuído foram efetuados o registro de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, líquido do efeito do imposto de renda passivo diferido. O valor desta reserva foi integralmente realizado por conta da alienação do investimento do Grupo na controlada (vide nota explicativa 15).

d. Destinação do lucro

Em conformidade com a legislação societária, após absorção de prejuízos acumulados, retenção de 5% para reserva legal e distribuição de dividendos mínimos de 10%, o estatuto do Grupo confere aos acionistas o direito de transferir o saldo remanescente para reservas de lucros ou optar pela distribuição adicional de dividendos (limitado aos covenants da Debênture – nota explicativa 22).

Em 30 de junho de 2020 os acionistas aprovaram em atos societários legais a distribuição de dividendos no montante de R\$ 9.272. Os saldos a pagar em 30 de setembro de 2020, estão demonstrados nas notas explicativas 14 e 26.

e. Venda de investimentos entre acionistas

O Grupo optou pela venda integral das quotas de participação societária (99,9641%) na investida Nissei Administradora de Bens Ltda., desvinculando-se na integralidade da gestão e decisão estratégica da investida. O valor da venda das quotas na integralidade corresponde ao montante de R\$ 87.000, sendo que o valor de investimento na mesma data era de R\$ 107.299, resultando numa perda de R\$ 20.299. Tendo em vista que a operação em questão foi realizada com o controlador final do Grupo, os efeitos da venda da participação societária foram reconhecidos em seu patrimônio líquido. As informações adicionais da operação de venda consta na nota explicativa 15.

29 Receita líquida de vendas

	Período de nove meses				Período de três meses			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Receita operacional bruta								
Vendas de mercadorias	1.198.830	1.115.498	1.198.830	1.115.498	416.820	388.220	416.820	386.713
Verbas de marketing e publicidade (a)	11.999	12.025	11.999	12.025	3.874	5.163	3.874	5.163
Prestação de serviços	6.209	2.973	6.488	4.556	2.803	1.041	2.803	2.624
	1.217.038	1.130.496	1.217.317	1.132.079	423.497	394.424	423.497	394.500
Deduções sobre vendas/serviços								
Impostos sobre vendas/serviços (b)	(49.262)	(35.946)	(49.307)	(35.946)	(19.228)	(13.726)	(19.228)	(13.640)
Devoluções e abatimentos	(7.685)	(5.772)	(7.685)	(5.772)	(2.753)	(2.131)	(2.753)	(2.131)
	(56.947)	(41.718)	(56.992)	(41.718)	(21.981)	(15.857)	(21.981)	(15.771)
Receita operacional líquida	1.160.091	1.088.778	1.160.325	1.090.361	401.516	378.567	401.516	378.729

O Grupo mantém mix amplo de mercadorias para a venda, sendo: medicamentos (marca, genérico, similar) ii) higiene e beleza, iii) Serviços e Manipulação, iv) Conveniência e v) Alto Custo. As vendas são realizadas exclusivamente no mercado doméstico, focado na região Sul do Brasil, diretamente a consumidores.

- (a) Os saldos registrados na rubrica “Verbas de marketing e publicidade” compreendem os acordos comerciais de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio, bem como demais serviços de exposição de produtos e marcas de indústrias de higiene e beleza, conveniência e/ou laboratórios de medicamentos.
- (b) Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

Receita de vendas por tipo de produto

Vendas de mercadorias	Período de nove meses				Período de três meses			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Medicamentos	701.463	677.053	701.463	677.053	246.956	239.744	246.956	239.744
Marca	490.302	505.502	490.302	505.502	165.734	176.014	165.734	176.014
Genérico	139.547	131.093	139.547	131.093	50.314	45.019	50.314	45.019
Similar	71.614	40.458	71.614	40.458	30.908	18.711	30.908	18.711
Higiene e beleza	394.961	343.172	394.961	343.172	134.565	115.673	134.565	115.673
Manipulação	7.622	6.730	7.622	6.730	2.820	2.507	2.820	2.507
Conveniência	85.049	79.871	85.049	79.871	28.969	27.038	28.969	27.038
Alto Custo	2.050	2.900	2.050	2.900	757	1.127	757	1.127
	1.191.145	1.109.726	1.191.145	1.109.726	414.067	386.089	414.067	386.089
Outras vendas								
Verbas de marketing e publicidade (a)	11.999	12.025	11.999	- 12.025	3.874	5.163	3.874	5.163
Prestação de serviços	6.209	2.973	6.488	4.556	2.803	1.041	2.803	1.117
Impostos sobre vendas/serviços (b)	(49.262)	(35.946)	(49.307)	(35.946)	(19.228)	(13.726)	(19.228)	(13.640)
	(31.054)	(20.948)	(30.820)	(19.365)	(12.551)	(7.522)	(12.551)	(7.360)
Receita de vendas	1.160.091	1.088.778	1.160.325	1.090.361	401.516	378.567	401.516	378.729

30 Custos e despesas por natureza

	Período de nove meses				Período de três meses			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Mercadorias vendidas	760.675	724.128	761.133	724.128	259.580	247.157	259.580	247.157
Despesas de pessoal	207.478	190.114	207.724	190.493	68.849	65.798	68.849	66.177
Depreciação e amortização	57.647	51.207	58.218	51.796	18.976	17.051	18.976	17.640
Propaganda e publicidade	4.665	4.500	4.665	4.500	1.228	1.321	1.228	1.321
Criação e produção	1.979	1.548	1.979	1.548	871	521	871	521
Taxas de administração de operadoras de cartões	13.813	10.273	13.813	10.273	4.562	3.635	4.562	3.635
Frete e carretos	6.035	5.108	6.035	5.108	1.803	1.757	1.803	1.757
Serviços de terceiros	23.428	21.653	23.563	21.886	9.404	6.978	9.404	7.211
Despesas com manutenção	8.121	7.807	8.208	7.913	2.743	2.448	2.743	2.554
Outros	33.339	29.612	32.741	28.627	8.137	9.807	8.137	8.547
Total	1.117.190	1.045.950	1.118.079	1.046.272	376.153	356.473	376.153	356.520
DRE								
Classificados como								
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	760.675	724.128	761.133	724.128	259.580	247.157	259.580	247.157
Despesas administrativas	49.341	46.381	49.772	46.703	13.689	23.690	13.689	23.737
Despesas comerciais	305.838	275.441	305.838	275.441	103.298	86.060	103.298	86.060
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.336	-	1.336	-	(414)	(434)	(414)	(434)
Total de despesas	1.117.190	1.045.950	1.118.079	1.046.272	376.153	356.473	376.153	356.520

31 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Período de 9 meses				Período de 3 meses			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Outras receitas								
ICMS-ST - não definitivo de períodos retroativos (a)	55.226	-	55.226	-	-	-	-	-
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (b)	5.372	-	5.372	-	-	-	-	-
Ganho na venda de ativo imobilizado (c)	2.861	-	2.861	-	107	-	107	-
Outras receitas	461	574	555	573	84	92	84	92
Total	63.920	574	64.014	573	191	92	191	92
Outras despesas								
Perdas em outros ativos com partes relacionadas (d)	(6.908)	-	(10.298)	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(6.908)	-	(10.298)	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	57.012	574	53.716	573	191	92	191	92

(a) Vide nota explicativa 9.

(b) Vide nota explicativa 9.

(c) Vide nota explicativa 17.

(d) Vide nota explicativa 14 (a).

32 Resultado financeiro

	Período de 9 meses				Período de 3 meses			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Receita financeira								
Rendimentos com aplicações financeiras	1.232	3	1.018	3	122	-	122	-
Resultado positivo – Swap (a)	14.601	-	14.601	-	3.755	-	3.755	-
Atualização - processo tributário (b)	2.122	-	2.122	-	-	-	-	-
Descontos obtidos	32	21	32	21	5	2	5	2
Outros - receitas financeiras	2.933	818	3.306	826	290	384	290	384
Total	20.920	842	21.079	850	4.172	386	4.172	386
Despesa financeira								
Juros sobre empréstimos	73.778	38.057	73.778	38.057	15.936	10.926	15.899	10.926
Ajuste a valor presente (c)	13.681	15.170	13.681	15.170	4.505	5.784	4.505	5.784
Juros passivos	229	218	229	218	25	95	25	95
IOF	769	1.476	769	1.476	149	619	149	619
Despesas bancária	781	795	781	795	301	307	301	307
Atualização Debênture – Série 2	8.634	-	8.634	-	654	926	654	926
Variação cambial	15.209	19	15.209	19	3.304	-	3.304	-
Outras despesas financeiras	1.299	3.549	1.344	3.621	(2.288)	2.676	(2.251)	2.734
Juros de arrendamentos (d)	12.675	11.887	12.675	11.887	4.145	3.925	4.145	3.925
Total	127.055	71.171	127.100	71.243	26.731	25.258	26.731	25.316

(a) Vide informações na nota explicativa 10.

(b) Vide informações na nota explicativa 9.

(c) O ajuste de valor presente é calculado sobre as compras de mercadorias para revenda, com prazo de pagamento superior à 30 dias.

(d) O custo com arrendamento são os juros dos contratos de arrendamentos apresentados na nota explicativa 21.

33 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

a. Conciliação de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social efetivos em 30 de setembro de 2020 e de 2019, referem-se:

	Período de 9 meses				Período de 3 meses			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30.09.20	30.09.19	30.09.20	30.09.19	30.09.20	30.09.19	30.09.20	30.09.19
(Prejuízo) lucro antes do IRPJ e da CSLL	(10.129)	(25.965)	(10.059)	(25.731)	2.995	(2.667)	2.995	(2.629)
Imposto utilizando a alíquota nominal vigente - 34%	(3.444)	(8.828)	(3.420)	(8.749)	1.018	(907)	1.018	(894)
(+) Adições permanentes	(21.709)	(15.746)	(21.709)	(15.746)	(5.688)	(5.398)	(5.688)	(5.398)
Amortização de arrendamentos (CPC 6 (2) / IFRS 16)	(12.387)	(11.254)	(12.387)	(11.254)	(4.179)	(3.897)	(4.179)	(3.897)
Juros de arrendamento (CPC 6 (2) / IFRS 16)	(4.310)	(4.042)	(4.310)	(4.042)	(1.410)	(1.335)	(1.410)	(1.335)
Perda por equivalência patrimonial	(1.328)	(37)	(1.328)	(37)	-	(37)	-	(37)
Outras adições (brindes/multas/outras)	(3.684)	(413)	(3.684)	(413)	(99)	(129)	(99)	(129)
(-) Exclusões permanentes	15.158	14.120	15.158	14.120	5.183	4.816	5.183	4.816
Contraprestação arrendamento (CPC 6 (2) / IFRS 16)	15.158	13.756	15.158	13.756	5.183	4.773	5.183	4.773
Ganho de equivalência patrimonial	-	364	-	364	-	43	-	43
Imposto de renda sobre base presumida de controlada	-	-	(121)	(310)	-	-	(91)	(226)
Outros	458	1.079	532	1.233	900	733	991	933
Total	(2.649)	8.281	(2.720)	(8.046)	(623)	1.058	(623)	1.019
Imposto de renda e contribuição social corrente	(14.849)	-	(14.970)	(310)	2.291	-	2.291	(64)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12.200	8.281	12.250	8.356	(2.914)	1.058	(2.914)	1.083
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.649)	8.281	(2.720)	8.046	(623)	1.058	(623)	1.019
Alíquota efetiva	26,2%	31,9%	27,0%	31,3%	20,8	39,7%	20,8%	38,8%

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$ 26.583 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 14.383 em 31 de dezembro de 2019), são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente, para os quais não há prazos para prescrições, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).

No consolidado, o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, no montante de R\$ 23.618 em 31 de dezembro de 2019, eram decorrentes da reavaliação patrimonial de ativos na controlada Nissei Administradora de Bens de Ltda.. Não há saldos para o consolidado de 30 de setembro de 2020, considerando a venda integral da participação societária, conforme descrito na nota explicativa 14.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos consolidado em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 referem-se a:

	Balço patrimonial		Resultado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	30/09/2019
Ativo não circulante				
Provisões de perdas estimadas nos estoques	2.002	766	1.236	8
Provisões de perdas estimadas no contas a receber	-	908	(908)	49
Provisões trabalhistas (campanhas, reajustes salariais)	3.642	2.545	1.098	2.424
Provisões financeiras (debêntures - serie 2) (a)	16.740	2.303	14.437	1.986
Provisões para contingências – trabalhistas	945	772	173	813
Provisões para contingências – cíveis	2.546	1.901	645	1.823
Variação cambial - contratos financeiros (b)	5.153	-	5.153	-
Instrumentos financeiros derivativos (b)	(4.964)	-	(4.964)	-
Créditos sobre incentivos fiscais	520	347	172	347
Outras constituições	-	-	50	75
Prejuízos fiscais a compensar (c)	-	4.842	(4.842)	831
Total ativo não circulante	26.583	14.383	12.250	8.356

(a) Detalhe nota explicativa 22 b.

(b) Detalhe notas explicativas 10 e 21.

(c) A Companhia compensou o prejuízo fiscal (30% da base de imposto de renda e contribuição social), não tendo em 30 de setembro de 2020 prejuízos constituídos como diferidos.

c. Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance do Grupo, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário será recuperado de acordo com o seguinte cronograma:

Cronograma de recuperação

4º Trimestre de 2020	2.253
2021	22.709
2022	324
2023	432
2024 em diante	865
Total	26.583

34 Instrumentos financeiros

(i) Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e estrutura de capital;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos do Grupo, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Grupo possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com operadoras de cartão de crédito, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, o Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Os fluxos de caixa futuros referentes à provisão pagamento debêntures podem ser diferentes dos montantes apresentados, uma vez que as condições relevantes das transações podem mudar.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (incluindo curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes, caixa e aplicações financeiras e derivativos. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2020 e de 31 dezembro de 2019 e podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Total dos financiamentos e empréstimos	209.061	192.386	209.061	193.036
Debêntures	250.909	189.712	250.909	189.712
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(47.009)	(80.402)	(47.009)	(80.426)
(-) Aplicações financeiras	(52.154)	(10.001)	(52.154)	(10.001)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	<u>(14.601)</u>	<u>-</u>	<u>(14.601)</u>	<u>-</u>
Dívida líquida	346.206	291.695	346.206	292.321
Patrimônio líquido	<u>28.061</u>	<u>70.410</u>	<u>28.061</u>	<u>70.454</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>12,34</u>	<u>4,14</u>	<u>12,34</u>	<u>4,15</u>

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os saldos do balanço consolidado divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 30 de setembro de 2020				
Financiamentos e empréstimos	71.250	38.629	89.547	9.635
Debêntures (série 1 + série 2)	250.909	-	-	-
Fornecedores	225.835	-	-	-
Passivo de arrendamento	43.582	49.950	48.115	14.296

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros ou, ainda, como os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pelo Grupo, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar o risco de mercado, em especial o risco cambial nas operações de empréstimos com taxas estrangeiras. A política é proteger a exposição estimada em moeda estrangeira por meio de swaps de taxas de câmbio.

(ii) Categoria de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (consolidado)

	30/09/2020	31/12/2019
Ativos financeiros:		
Avaliados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	47.009	80.426
Aplicações financeiras	52.154	10.001
Contas a receber de clientes	90.959	84.927
Outras contas a receber	133.508	75.132
	<u>323.630</u>	<u>250.486</u>
Passivos financeiros:		
Avaliados ao custo amortizado:		
Fornecedores	225.835	254.658
Arrendamento financeiro a pagar	155.943	143.210
Empréstimos e financiamentos	209.061	193.036
Debênture série 1	201.673	149.110
Outras contas a pagar	10.734	6.347
	<u>803.246</u>	<u>746.361</u>

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo (consolidado)

	30/09/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Instrumento financeiro derivativo – SWAP	14.601	-
Passivos financeiros:		
Debêntures série 2	49.236	40.602

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 para os instrumentos financeiros do Grupo de ativo financeiro ao custo amortizado, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas à receber e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures (série 1) do Grupo, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Técnica de avaliação e inputs significativos não observáveis

As técnicas de valorização utilizadas na mensuração do valor justo de Nível 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial (debêntures - série 2), assim como os inputs não observáveis significativos utilizados, foram:

Previsão pagamento debêntures

<p>Técnica de avaliação</p> <p>a. Com evento de liquidez Caso a empresa realize alguma operação de evento de liquidação maior que 20% das ações e deve remunerar a segunda série a 4,4% do valor econômico do Grupo, ou,</p> <p>b. Sem evento de liquidez A ser executado pelo credor entre outubro de 2021 e outubro de 2023, remunerada através do cálculo de EBITDA acumulado dos últimos doze meses x 8,5 x 4,4%.</p>	<p>Inputs significativos não observáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Previsão da taxa de crescimento anual da receita • Previsão da margem do Ebitda • Taxa de desconto ajustada ao risco 	<p>Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo</p> <p>O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a taxa de crescimento anual da receita fosse maior (menor); • a margem do Ebitda fosse maior (menor); ou • a taxa de desconto ajustada o risco fosse menor (maior). • Normalmente, uma mudança na taxa de crescimento anual da receita é acompanhada por uma mudança similar na margem do Ebitda
--	--	---

<p>Técnica de avaliação</p> <p>O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros.</p>	<p>Inputs significativos não observáveis</p> <p>Não aplicável.</p>	<p>Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo</p> <p>Não aplicável.</p>
--	---	---

(iv) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros do Grupo. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional do Grupo, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Grupo foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 30 de setembro de 2020 (saldo contábil tendo por base o CDI de 1,90% ao ano) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 30 de setembro de 2020:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	209.061	(993)	(1.986)

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade do Grupo ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	2020		2019	
	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano
Resultado	4.419	-	3.298	762

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qual uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

35 Lucro (prejuízo por ação)

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação. A Companhia possui ações potenciais na forma de debêntures conversíveis emitida.

Nenhum ajuste é requerido no lucro diluído por ação visto que seria anti-diluído.

	Período de 9 meses		Período de 3 meses	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Prejuízo do período	(12.779)	(17.685)	2.372	(1.610)
Média ponderada de ações ordinárias (unidades)	152.042.534	152.042.534	152.042.534	152.042.534
Ações ordinárias existentes (a)	152.042.534	152.042.534	152.042.534	152.042.534
(Prejuízo) lucro por ação básico e diluído (em Reais)	(0,08)	(0,12)	0,02	(0,01)

- (a) Em 13 de outubro de 2020 através de realização de Ata de Assembleia Geral Extraordinária a Companhia aprovou o desdobramento das 21.720.362 ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal.

36 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

No período encerrado em 30 de setembro as transações que não envolveram caixa são principalmente: (i) o ganho tributário com créditos tributários descritos na nota explicativa 12, (ii) venda de ativos imobilizados – nota explicativa 19, (iii) venda de investimento nota explicativa 18, (iv) perda ao valor recuperável do crédito de precatório – notas explicativas 17(a) e 13 e (v) registro de novos contratos de arrendamentos – nota explicativa 20.

37 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos nos montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando sua natureza de atividade.

Em 30 de setembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 360.562 para danos materiais.

38 Eventos subsequentes

A Companhia aprovou em 13 de outubro de 2020 através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento das 21.720.362 (vinte e uma milhões, setecentas e vinte mil, trezentas e sessenta e duas) ações ordinárias representativas do capital social à razão de 7 (sete) ações ordinárias para cada 1 (uma) ação ordinária existente, cujas frações serão canceladas, resultando em um total de 152.042.534 (cento e cinquenta e duas milhões, quarenta e duas mil, quinhentos e trinta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme demonstrado na nota explicativa nº 35.

Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, o desdobramento não resulta na modificação do valor total do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares. O desdobramento será operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos das ações de emissão da Companhia.

Em 16 de novembro de 2020 a respectiva Ata de Assembleia Geral Extraordinária encontra-se em processo de registro na Junta Comercial do Paraná.
